

Quarta-feira, 8 de ag

Dívida Externa

Mantidas linhas de curto prazo

por Roberto Baraldi
de São Paulo

GAZETA DE SÃO PAULO

O Lloyds Bank, o quarto maior credor privado do Brasil, vai manter as linhas de curto prazo para financiamento do comércio exterior atualmente oferecidas ao País, mesmo depois que expirar, em abril próximo, o acordo de renegociação da dívida externa que estabeleceu o compromisso de oferta desses recursos.

Atualmente, o conglomerado britânico estende ao Brasil linhas equivalentes a US\$ 600 milhões destinadas a operações de "trade finance", algumas das quais fechadas com prazos de até 360 dias. "Temos negócios que vencerão inclusive depois de abril de 1991, o que demonstra a vontade do banco de continuar muito ativo no financiamento do comércio exterior", afirmou Cristiano Gomes, superintendente-adjunto de comércio exterior do Lloyds Bank no Brasil. As operações de "trade finance" representam cerca de 50% dos negócios da instituição bancária.

A posição do Lloyds Bank contrasta com o panorama de incertezas do mercado. Estima-se que, com o fim do acordo que estabeleceu o compromisso dos bancos de oferecer esses recursos ao Brasil, a disponibilidade das linhas, atualmente superior a US\$ 10 bilhões, deverá declinar entre 30 e 35%. Os bancos credores de menor porte, que não têm outros negócios no País, tendem a sair do mercado. Prevendo essa possibilidade, o governo brasileiro desenha aceleradamente o contorno de um banco para o comércio exterior (um Eximbank brasileiro), que evite o colapso das exportações e importações brasileiras por problemas de financiamento.

O Banco de Tokyo, subsidiária brasileira do The Bank of Tokyo, o décimo maior credor brasileiro, também anunciou sua disposição de manter as linhas comerciais além de abril próximo, no nível atual de US\$ 300 milhões. O presidente do banco, Takanori Suzuki, está, todavia, apreensivo com os rumos que o governo brasileiro propõe para a negociação da dívida externa. Os trinta maiores credores foram convidados para conversas individuais, em Brasília. Suzuki prefere o diálogo através do comitê assessor de bancos, que representa o conjunto de credores.

(Ver página 25)